

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA CONSTRUÇÃO DA PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO**1. MÃO DE OBRA – REMUNERAÇÃO**

1.1. O valor do salário para o posto de limpeza e copeiragem foi determinado com base na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas (SEAC- AM), registrada sob o número (AM000038/2026), fixado em **R\$1.655,25**, conforme especificado na peça 02, referente às atividades de conservação e asseio no Estado do Amazonas.

1.2. O salário base para o posto de apoio administrativo foi determinado em **R\$4.012,39** conforme detalhado na memória de cálculo anexada à peça 15. Este valor foi calculado com base em contratações realizadas na Administração Pública, peça 14, utilizando como referência os padrões do mercado na região norte, bem como um contrato em Brasília.

2. MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS**2.1. SUBMÓDULO 2.1 - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, UM TERÇO CONSTITUCIONAL**

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
13º Salário	8,333%	$[(1/12) \times 100] = 8,333\%$	Art. 7º, VIII, CF/88
Um Terço Constitucional	2,778%	$[(1/12/3) \times 100] = 2,778\%$	Art. 7º, XVII, CF/88
Total	11,111%		

Nota: Sobre Um Terço Constitucional:

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. Por meio do plenário virtual, a maioria dos ministros da Corte proveu parcialmente o Recurso Extraordinário (RE) 1072485, com repercussão geral (Tema 985), interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que considerou indevida a incidência da contribuição sobre a parcela.

Tese

A tese de repercussão geral aprovada foi a seguinte: “É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias”.

EC/AS//CF

<https://portal.stf.jus.br/noticias>

IN RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022:

Art. 33. As bases de cálculo das contribuições sociais previdenciárias da empresa e do equiparado são as seguintes:

I - o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção, de acordo coletivo de trabalho ou de sentença normativa; (Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, caput, inciso I, e § 2º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 201, caput, inciso I, e § 6º)

(...)

§ 6º A remuneração adicional de férias de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal integra a base de cálculo, no mês a que ela se referir, mesmo quando pagar antecipadamente na forma da legislação trabalhista. (Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 214, §§ 4º e 14)

2.2. SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES.

Item	%	Fundamento
A – INSS	20,000%	Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007.
B – Salário Educação	2,500%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.
C – SAT	6,00%	Cálculo abaixo
D – Sesi/SESC	1,500%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.
E – SENAI/SENAC	1,000%	Art. 1º, <i>caput</i> , Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, <i>caput</i> do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).
F – SEBRAE	0,600%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
G – INCRA	0,200%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
H – FGTS	8,000%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.

Seguro de Acidente do Trabalho – SAT ou GIL-RAT: (Grau de Risco de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente de Riscos Ambientais de Trabalho) ou RAT X FAP:

Nota: A licitante deve preencher o item com o valor de seu RAT x FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da DCTFWEB ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3 SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2.2.1. **Vale transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto residência/TCU e considerou 1 passagem de ida e 1 de volta.

$$\text{Vale transporte} = (2 \times \text{R\$}6,00) \times 21 \text{ (Considerando 21 dias úteis no mês).}$$

2.2.2. **Dedução legal do vale transporte:** O valor da dedução do vale transporte está de acordo com o art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (desconto máximo de 6% do salário-base).

2.2.3. **Auxílio-Alimentação:** Para fins de estimativa, o valor do Auxílio-Alimentação foi calculado conforme estipulado na cláusula 7ª, §§ 1º e 3º da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

2.2.4. **Desconto Auxílio-Alimentação:** Considerando a faculdade prevista na CCT, a Administração estimará o desconto de 10% (dez por cento) para fins de economicidade sobre o valor do benefício de alimentação fornecido a cada empregado, conforme estabelecido na cláusula 7ª, § 1º.

2.2.5. As licitantes deverão calcular o Auxílio- Alimentação com base em Convenção Coletiva de Trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.

$$\text{Auxílio-Alimentação} = \text{R\$} 24,50 \times 21 - 10\% \text{ (Considerando 21 dias úteis no mês)}$$

2.2.6. **Cesta Básica:** Para fins de estimativa, o valor da Cesta Básica ("in natura" ou cartão) foi fixado em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) mensais por trabalhador, conforme estabelecido na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

2.2.7. **Plano Odontológico:** As empresas deverão recolher o valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) mensais por trabalhador, conforme estabelecido na cláusula 10ª, § 3º, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

2.2.8. **Assistência Social Familiar:** As empresas deverão recolher, a título de contribuição financeira para manutenção de benefícios assistenciais e sociais, o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais por trabalhador, conforme estabelecido na cláusula 12ª, §§ 1º e 2º, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

2.2.9. **Seguro de Vida:** Fica instituído o benefício obrigatório de Seguro de Vida aos empregados, devendo a empresa recolher o valor mensal de R\$ 5,00 (cinco reais) por colaborador, conforme disposto na cláusula 13ª, § 1º, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

2.2.10. **Programa de Qualificação Profissional:** As empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado, destinado à qualificação profissional, conforme disposto na cláusula 18ª, caput, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) AM000038/2026.

3. MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
A – Aviso prévio indenizado	0,498%	$\{[(1+(1/12)+(1/12)+(1/12)/3)]/12\} * 0,05 = 0,498\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss. CLT
B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,040%	$8\% \times 0,498\% = 0,040\%$	Súmulas do TST - Súmula TST 305 - FGTS. Incidência sobre o aviso prévio. CLT, art. 487, § 1º
C – Multa do FGTS relativa ao Aviso Prévio Indenizado	0,016%	$40\% \times 8\% \times 0,498\% = 0,016\%$	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990
D – Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	$\{[(1/30 \times 7)]/12\} = 1,944\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss. da CLT
E – Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		Percentual dos Encargos do submódulo 2.2 X Percentual do Aviso Prévio Trabalhado	Súmulas do TST - Súmula TST 305 - FGTS.
F – Indenização 40% FGTS (100%)	3,556%	$(0,40 \times 0,08) * (1 + 1/12 + 1/3 * 1/12) = 3,556\%$	Art. 18, §1º da Lei 8.036/90

Notas:

A Base de Cálculo é o valor da Remuneração.

Aviso prévio indenizado - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano.

Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - No Aviso Prévio Indenizado não há provisão de encargo previdenciário, mas incide FGTS.

IN RFB nº 2110, de 2022
Das Parcelas Não Integrantes da Base de Cálculo

Art. 34. Não integram a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias: (Lei nº 8.212, de 1991, art. 28, § 9º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 214, § 9º)

(...)

XXXII - o aviso prévio indenizado, inclusive para fins da contribuição para o financiamento de aposentadoria especial e benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, de seu adicional e das devidas a terceiros, exceto seu reflexo na gratificação natalina; (Nota PGFN/CRJ nº 485/2016, Parecer SEI nº 15.147/2020/ME; e Despacho nº 42/2021/PGFN-ME)

Aviso prévio trabalhado - Redução de 7 dias ou de 2h por dia para 100% dos empregados. Percentual relativo a contrato de 12 (doze) meses.

Indenização 40% FGTS (100%) – A base de cálculo é o valor da remuneração.

4. MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1. SUBMÓDULO 4.1 AUSÊNCIAS LEGAIS COM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
A – Custo com cobertura de férias	9,954%	$[1+(1/12) + (1/12) + (1/12/3)] / 12 = 9,954\%$	Art. 7º, XVII, CF/88
B – Ausências legais	0,278%	$[(1/30) / 12] = 0,278\%$	Art. 473 da CLT
C – Licença paternidade	0,011%	$\{[(5/30/12) \times 1,62\% \times 50\% = 0,011\%$	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT
D – Afastamento por licença maternidade	0,030%	$=\{[(1/12)+(1/12/3)] \times (4/12) \times 1,62\% \times 50\% \} = 0,030\%$	Impacto do 13º, das férias e 1/3 de férias sobre a licença maternidade
E – Incidência do submódulo 2.2	-	Percentual do submódulo 2.2 x Percentual da soma das letras do submódulo 4.1	IN RFB 2.110, de 17 de outubro de 2022

Notas:

A Base de Cálculo é o valor da Remuneração.

Custo com cobertura de férias - Infere-se que o folguista terá direito: à remuneração, ao 13º salário, às férias e ao terço constitucional de férias proporcionais. Base de cálculo: valor da remuneração.

Ausências legais - Este item, previsto nos arts. 473 e 82 da CLT, é composto por um conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões com amparo legal e a contratada deve repor essa mão-de-obra. Estima-se que cada empregado poderá usufruir de 1 (um) dia de licença por ano (Acórdão-TCU nº 1.904-P, de 2007). Base de cálculo: valor da remuneração.

Licença-paternidade – considerou-se a taxa de natalidade de 1,62% (IBGE 2023) a força de trabalho masculina de 50% e 5 dias de licença por ano. Onde: 5 = nº dias de licença; 30 = nº

dias no mês; 12 = nº meses no ano; 1,5% = média trabalhadores que são pais durante o ano ((Acórdão-TCU nº 1.904-P, de 2007). Base de cálculo: valor da remuneração.

Afastamento por licença-maternidade = Durante a licença, o salário maternidade e a parcela do décimo terceiro salário são custeados pelo INSS (Art. 59 da IN RFB 2110/2022). Cabe à contratada a provisão relativa às férias (1/12) e adicional de férias (1/12/3). Para o cálculo foi considerada a taxa de natalidade de 1,62% ao ano (IBGE 2023), a força de trabalho feminina de 50% e 120 dias de licença por ano. Base de cálculo: valor da remuneração.

Incidência do submódulo 2.2 – A base de cálculo é o valor da remuneração.

4.2. SUBMÓDULO 4.2 AUSÊNCIAS LEGAIS SEM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

Auxílio-Doença	1,39%	$\{[(5/30)/12] \times 100\% \} = 1,39\%$	Art. 59 e ss. da Lei nº 8.213/91
Acidente de trabalho	0,051%	$((15/30)/12) \times (\text{nº CAT/População INSS CAT}) = 0,051\%$	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91

Notas:

Auxílio-doença – Estima-se que o empregado poderá se ausentar por essa razão durante cinco dias no ano. Base de cálculo: valor da remuneração.

Acidente de trabalho - Estima-se uma licença de 15 dias por ano para 1,22% dos empregados. Esta taxa foi obtida pela proporção de acidentes de trabalho registrados, 717.911, conforme dados do Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS/2013, em relação a 58.981.000 de trabalhadores que fazem jus a emissão da CAT (trabalhadores com carteira assinada, outros tipos de trabalhadores e domésticas), conforme dados da PNAD 2013. Base de cálculo: valor da remuneração.

5. INSUMOS:

5.1. Uniformes:

5.1.1. Será obrigatório o uso de uniforme para os cargos de limpeza/copeiragem e apoio administrativo.

5.2. Manutenção e depreciação de equipamentos:

5.2.1. O valor do insumo Manutenção de Equipamentos foi obtido adotando-se a metodologia das Tabelas de Composições de Preços para Orçamentação, publicação da Editora Pini, para equipamentos de pequeno porte (aproximadamente 1,5HP), com utilização, em média, de 83h/mês, em conjunto com o Manual de Custos Rodoviários do DNIT, Volume 1, de 2003:

$M = k \times 83 \times V0/VU$, onde:

K = 0,6 (conforme adotado pelo Sicro2 /DNIT – Manual de Custos

Rodoviários – Volume 1, página 83);

VU = Vida Útil = 10.000 horas

V0 = Valor de aquisição do equipamento

Assim: **Manutenção Mensal = Valor total dos equipamentos (Anexo IV) x 0,5% a.m.;**

5.2.2. O valor do insumo Depreciação de Equipamentos foi obtido adotando-se vida útil de 8 anos e valor residual de 20%, com base no Manual de Custos Rodoviários do DNIT, volume 1, de 2003.

Assim: **Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)]/(12x8).**

NOTA: O valor total da manutenção e da depreciação mensal deverá ser dividido pela quantidade total de empregados que exercem as funções de limpeza/copeiragem.

6. LUCRO E DESPESAS INDIRETAS E TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO

6.1. Lucro e Despesas Indiretas – LDI:

6.1.1. Para fins de estimativa da CONTRATANTE, em Lucro e Despesas Indiretas - LDI, foram consideradas as despesas administrativas e operacionais (5%) e a margem de lucro (10%).

Custo Indireto = 5% x (a soma dos módulos anteriores)

Lucro = 10% x (Custo Indireto + soma dos módulos anteriores)

6.1.2. Lembrando que o Inciso XI do Anexo I da Instrução Normativa Seges/MP n.º 5/2017 dispõe:

“XI - LUCRO: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.”

Obs.: Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo devem ser cobertos pelo LDI (Lucro e Despesas Indiretas).

6.2. Tributação sobre Faturamento

6.2.1. Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro PRESUMIDO. A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

6.2.2. Para o cálculo de cada tributo foi utilizada a seguinte fórmula:

6.2.1. **Valor do tributo** = (Percentual do tributo x (Soma dos módulos + Custos Indiretos + Lucro)) / (1 – a soma dos percentuais dos tributos).